

O Brasil e o Fundo Monetário Internacional Hoje

Autores

Adriana do Nascimento e Silva
Daniele Parolina
Gilberto Rodrigo Moda Alves

1. Introdução

O Fundo Monetário Internacional foi fundado em 1944, em Bretton Woods, por 44 países membros que participavam de uma conferência das Nações Unidas, cujo tema de discussão era finanças e moedas. Nasceu com a função de regular e organizar o sistema financeiro internacional e propiciar o amparo aos países em dificuldades, assim como orientar o fluxo dos empréstimos internacionais (SALVATORE, p. 390, 2000).

Atualmente é uma organização de 184 países, trabalhando para promover a cooperação global, fixar a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional para promover o emprego elevado, o crescimento econômico sustentável e também para reduzir a pobreza.

2. Objetivos

Este artigo tem por objetivo estudar o relacionamento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional nos dias atuais.

3. Desenvolvimento

Para fundamentar este artigo, foi usada a pesquisa bibliográfica.

4. Resultados

O Brasil participou, junto com 43 outras “nações unidas e associadas”, da conferência de Bretton Woods, esteve representado pelo ministro da Fazenda do governo Vargas, Arthur de Souza Costa, e a partir de então, o desenvolvimento das relações do Brasil com o FMI foi ocorrendo ao longo do tempo consubstanciado em acordos de assistência financeira desde os anos **1950 até 2002**, para entender melhor é necessário analisar o histórico de relacionamento do Brasil com o FMI (MRE, 2006).

**Brasil: histórico do
relacionamento com o FMI,
1944-2002**

Data	
-------------	--

Etapas históricas do relacionamento

		Min. da Fazenda
1944	Convênio constitutivo do FMI, em Bretton Woods	A. da Souza Costa
1946	Entrada em vigor do FMI; Brasil ratifica com exceções (Art. 8)	P. Correia e Castro
1954	FMI concede aval para empréstimo do Eximbank dos EUA	Oswaldo Aranha
1955	Relatório do FMI recomenda reforma cambial	Eugênio Gudin

1957	Apoio do FMI à reforma tarifária brasileira	José Maria Alkmin
1959	Pres. J. Kubitschek rompe com o FMI por razões políticas	Lucas Lopes
1961	Renúncia do Presid. Jânio Quadros interrompe acordo	Clemente Mariani
1965-72	Sucessivos acordos stand-by; relacionamento não politizado	G. Bulhões/Delf. Netto
1967	Reuniões do FMI-BIRD no Rio de Janeiro; criação dos DES	Delfim Netto
1971	Fim do sistema de Bretton Woods; flutuação de moedas	Delfim Netto
1974-79	Crises do petróleo; vários empréstimos bancários comerciais	M. H. Simonsen
1982	Crise da dívida externa na América Latina; programas de ajuste	Delfim Netto (*)
1984	Suspensão do acordo por não cumprimento de metas	Delfim Netto (*)
1987	Moratória dos pagamentos externos; suspensão de créditos	Dilson Funaro
1991-92	Tentativas não exitosas de acordo; afastamento político	Zélia Cardoso Mello
1992	Retomada dos contatos, mas inexistência de acordos	Marcílio M. Moreira
1992	Brasil logra acordo com Clube de Paris sem aval do FMI	M. M. Moreira
04.1994	Brasil faz acordo com credores privados sem aval do FMI	Fernando H. Cardoso
1993-97	Relacionamento discreto, quase distante, mas sem politização	FHC-Pedro Malan
1998 (out)	Entendimentos com o FMI para um programa de ajuste fiscal	Pedro S. Malan
13.11.98	Acordo preventivo com desembolso de até US\$ 41,5 bi	Pedro S. Malan
08.03.99	Ajuste ao acordo anterior em função da desvalorização cambial	Pedro S. Malan
05.04.2000	Reembolso antecipado dos créditos concedidos no acordo	Pedro S. Malan
28.6.01	Saque de US\$ 2.007 bilhões (DES 1,6016 bi), do acordo de 1998	Pedro S. Malan
03.08.01	Anúncio da liberação de mais US\$ 15 bi, em caráter preventivo	Pedro S. Malan
23.08.01	Cancelamento do acordo de 1998 e pedido de novo acordo	Pedro S. Malan
14.09.01	Acordo <i>stand-by</i> até 12.2002: DES 12.144 bi (US\$15.650 bi)	Pedro S. Malan
25.03.02	Revisão do acordo <i>stand-by</i> de 2001: liberado mais US\$ 5 bilhões	Pedro S. Malan

21.06.02	Liberação de mais um <i>tranche</i> do acordo de 14.09.01 (US\$ 10 bilhões)	Pedro S. Malan
07.08.02	Anúncio de mais um acordo <i>stand-by</i> , por 15 meses (US\$ 30 bilhões)	Pedro S. Malan
06/09/2002	Aprovação do acordo <i>stand-by</i> , por 15 meses (US\$ 30 bilhões)	Pedro S. Malan
09/12/2002	1ª Revisão do acordo Stand-by de 07/08/2002.	Pedro S. Malan
28/02/2003	Carta de Intenção da 2ª revisão do acordo Stad-by de 07/08/02	Antonio Pallocci Filho
13/06/2003	Carta de Intenção da 3ª revisão do acordo Stad-by de 07/08/02	Antonio Pallocci Filho
20/08/2003	Carta de Intenção da 4ª revisão do acordo Stad-by de 07/08/02	Antonio Pallocci Filho
15/12/2003	Carta de Intenção referente a novo acordo	Antonio Pallocci Filho
26/03/2004	Carta de Intenção da 6ª revisão do acordo Stad-by de 07/08/02	Antonio Pallocci Filho
03/06/2004	Carta de Intenção da 7ª revisão do acordo Stad-by de 07/08/02	Antonio Pallocci Filho
23/09/2004	Carta de Intenção da 8ª revisão do acordo Stad-by de 07/08/02	Antonio Pallocci Filho
15/12/2004	Carta de Intenção da 9ª revisão do acordo Stad-by de 07/08/02	Antonio Pallocci Filho
28/02/2005	FMI conclui a décima revisão do acordo com o Brasil (Brasil não renova acordo com o FMI, tendo em vista os avanços já realizados pelo Brasil, a diminuição da vulnerabilidade externa, a continuidade do aprimoramento institucional do País, o risco de turbulências que prejudiquem o bom desempenho da economia brasileira ser hoje bem menor do que foi no passado e a diminuição da necessidade de apoio externo).	Antonio Pallocci Filho

13/12/2005	O Brasil realiza o pré-pagamento do empréstimo junto ao FMI – (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva acolheu proposta do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central no sentido de antecipar para o final de 2005 o pagamento do total do saldo de 10,789 bilhões pois tal decisão resultou do fortalecimento do setor externo e de outros fundamentos macroeconômicos do Brasil, o pagamento antecipado ao FMI não altera o bom relacionamento entre o Brasil e a instituição).	Antonio Palloci Filho
(*) Ministro do Planejamento encarregado dos organismos internacionais /Fontes: Relatórios anuais do FMI; Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil; Gesner Oliveira (1993); Paulo Roberto de Almeida (2002).		

Fonte: Ministério das Relações Exteriores.

Segundo a o Boletim Semanal da Fundação Instituto Miguel Calmon de Estudos Sociais e Econômicos o Brasil pagou US\$ 15,5 bilhões ao FMI referente a todas as dívidas remanescentes. O pagamento, feito a partir das reservas internacionais brasileiras, abate a dívida de curto prazo que venceria em dezembro de 2007. A notícia é importante para a credibilidade do país junto a credores internacionais e também para economizar o valor estimado em US\$ 900 milhões provenientes de juros que seriam acrescentados ao montante a ser pago nos próximos dois anos. "O pré-pagamento ao FMI representa um momento histórico ao país e reflete a melhora significativa dos fundamentos macroeconômicos no período recente, como consequência das decisões de política econômica tomadas pelo governo", comemorou o presidente do BC, Henrique Meirelles, ao anunciar o pagamento antecipado.

Entre os elementos que contribuíram para que o país pagasse esta parte da dívida estão na carga tributária que em novembro de 2005 apresentou arrecadação de impostos recordes (a Secretaria da Receita Federal - SRF, arrecadou R\$ 29,835 bilhões) e o superávit da balança comercial acumulado no ano que foi de US\$ 42,907 bilhões o que contribui para a redução do risco-país. A boa notícia pode contribuir para a vinda de novos investimentos. O fim da dívida permitirá ao Brasil investir mais internamente, já que o dinheiro pago ao FMI contribuiria para mais saúde, educação e infra-estrutura para os brasileiros (SRF, 2006).

O Ministro da Fazenda, Antonio Palloci Filho, na recepção ao Diretor Gerente do FMI Rodrigo de Rato, expressa sua felicidade pelo fato de que, neste ano de 2006, o Brasil inaugura uma nova fase de relacionamento com o FMI. Desde abril de 2005, já não se fez mais necessária à renovação do Programa com o Fundo Monetário e no mês de dezembro foi quitada antecipadamente toda a dívida que o Brasil tinha com o Fundo (FAZENDA, 2006).

“Esses aprimoramentos nos levam a dispormos hoje de um arcabouço sólido de política macroeconômica, baseado no sistema de metas de inflação, no câmbio flutuante e em um regime fiscal responsável que permite implementar com sucesso o esforço de consolidação de nossas contas públicas e de melhora na qualidade do gasto público”. (FAZENDA, 2006).

Ainda segundo Palloci, pode-se reafirmar com segurança que o pagamento antecipado da dívida brasileira com o Fundo Monetário Internacional foi uma decisão madura e sustentada em fatos econômicos sólidos. Ela não significa mudança dos rumos econômicos, mesmo porque política econômica brasileira nunca foi e nem poderia ser uma imposição do FMI, mas sim uma opção responsável diante da necessidade de ajustar a economia brasileira e promover o crescimento econômico sustentado e a taxas elevadas. A antecipação do pagamento ao Fundo, além de refletir a melhora de nossos indicadores e a redução de nossa vulnerabilidade a choques externos, faz parte da estratégia de redução e melhora do perfil da dívida pública externa. “Acredito que, perseverando nesse caminho de políticas macroeconômicas sólidas, o Brasil atingirá o chamado “grau de investimento” nos mercados internacionais, o que trará impacto positivo duradouro para toda nossa economia e para a capacidade de investir de nossas empresas” (FAZENDA, 2006).

5. Considerações Finais

Atualmente o Brasil não possui dívidas com o Fundo Monetário Internacional e em Nota Oficial de 13/12/2005 sobre o pré-pagamento do empréstimo do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional foi divulgado que o pagamento antecipado ao FMI não altera o bom relacionamento entre o Brasil e a instituição. O Brasil continuará desenvolvendo projetos conjuntos, que deverão ter impactos importantes em muitos países membros e, além disso, o Brasil dará prosseguimento ao diálogo sobre a conveniência de desenvolver mecanismos que fortaleçam a arquitetura financeira mundial e amenizem os impactos de choques sobre a conta de capital das economias abertas.

Referências Bibliográficas

Boletim Semanal da Fundação Instituto Miguel Calmon de Estudos Sociais e Econômicos. Disponível em: http://www.imic.org.br/integra_noticia.asp?id_noticia=1841. Acesso em: 24 mai. 2006.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Discurso do Ministro da Fazenda na recepção ao Diretor Gerente do FMI Rodrigo de Rato. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2006/p100106.asp>. Acesso em: 24 maio 2006.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). FMI - Fundo Monetário Internacional. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 24 maio 2006.

SALVATORE, D. Economia Internacional. São Paulo: LTC, 2000.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (SRF). Disponível em www.receita.fazenda.gov.br. Acesso em: 24 maio 2006.